

EDITORIAL

Prezado leitor,

A Escola Superior da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal anuncia o lançamento de nova edição da Revista da AGU.

Este primeiro número publicado no ano de 2024 é inaugurado por artigo do professor Richard Pae Kim, produzido a convite da Comissão Editorial do periódico, em que são expostos os resultados de pesquisa científica sobre a importância da Medicina Baseada em Evidências e sua relação com o conteúdo do direito constitucional à saúde.

Na sequência, a edição contempla artigos recebidos pelo sistema de submissão contínua e aprovados pelo processo de “avaliação cega por pares”. No primeiro deles, Carlos Gustavo Marques e Zélia Pierdoná destacam a importância do princípio da subsidiariedade para a organização do sistema de seguridade social brasileiro.

A partir de investigação bibliográfica que perpassa o Direito Internacional, a Ciência Política e a Teoria do Conflito, David Vieira e Adalberto Hommerding propõem a utilização da inteligência artificial como uma possível solução para conflitos internacionais, em que as novas tecnologias poderiam funcionar como um “terceiro” imparcial e racional nas negociações.

Felipe Dias e Driane Moraes sustentam, diante do exame de casos julgados por Tribunais de Justiça estaduais, que a condução coercitiva de crianças e adolescentes vítimas de crimes sexuais gera processos de revitimização ao reduzi-las a objetos probatórios.

Em debate sobre a relação entre liberdade econômica e trabalho, Fernanda Furlaneto, Vicente Bagnoli e Palloma Ramos identificam, como um possível ponto de equilíbrio entre tais vetores, a valorização do trabalho como resistência aos abusos do poder econômico.

Janaina Teles e Kleverton Carvalho elaboram um panorama acerca da produção acadêmica sobre transparência pública municipal no Brasil, com respaldo em análise bibliométrica e de conteúdo que envolveu 336 trabalhos científicos produzidos sobre o assunto.

Diante da constatação de que os alunos dos cursos de mestrado em Direito no Brasil possuem pouca familiaridade com a epistemologia e a metodologia da pesquisa, Leonardo Marques, Claudio Guimarães e Andrea Lobato discorrem sobre categorias e conceitos ligados a essas áreas do conhecimento, com o propósito de facilitar a iniciação daqueles que se interessem pela elaboração de trabalhos científicos.

Lorenzo Pietro e Martiane La Flor dissertam sobre a terceira onda de acesso à justiça, com enfoque na atuação dos cartórios extrajudiciais como mecanismo de solução consensual de conflitos.

Lucas Mesquita dedica-se a apontar os parâmetros da participação popular no Sistema Único de Saúde e a investigar sua observância na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, responsável pela gestão de 40 dos 50 hospitais universitários do País.

Considerando sua adoção no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, bem como sua projeção sobre o sistema tributário brasileiro, Lucilene Santos e Luiz Alberto Gurgel de Faria analisam o princípio *arm's length*, que trata as transações realizadas entre partes relacionadas como concernentes a entidades separadas, sinalizando que os preços praticados entre pares devem ser os de concorrência ou de mercado.

O artigo de Luiz Henrique Araujo especifica hipóteses de não incidência de honorários advocatícios em sede de cumprimento de sentença em face da Fazenda Pública, com respaldo em critérios extraídos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

Rafael Silva e Gilson de Menezes Júnior abordam as chamadas “inconstitucionalidades intencionais”, categoria que designa a estratégia política utilizada por parlamentares que pretendem, por meio de proposições sabidamente viciadas, estabelecer conexão com seus eleitores e atrair a atenção do Poder Executivo para se associarem à sua pauta de interesses.

Por fim, Renato Rocha propõe-se a especificar os pressupostos e os elementos constitutivos do crime de prevaricação, com o objetivo de viabilizar uma compreensão crítica acerca das decisões dos tribunais superiores relacionadas ao delito.

A Escola Superior da AGU agradece a todos os envolvidos no processo editorial do periódico e convida o leitor a apreciar os artigos científicos ora publicados, propondo a leitura da Revista da AGU eletrônica, disponível em: <https://revistaagu.agu.gov.br/>.

Boa leitura!

Henrique Augusto Figueiredo Fulgêncio
Coordenador-Geral de Pós-Graduação da Escola Superior da AGU